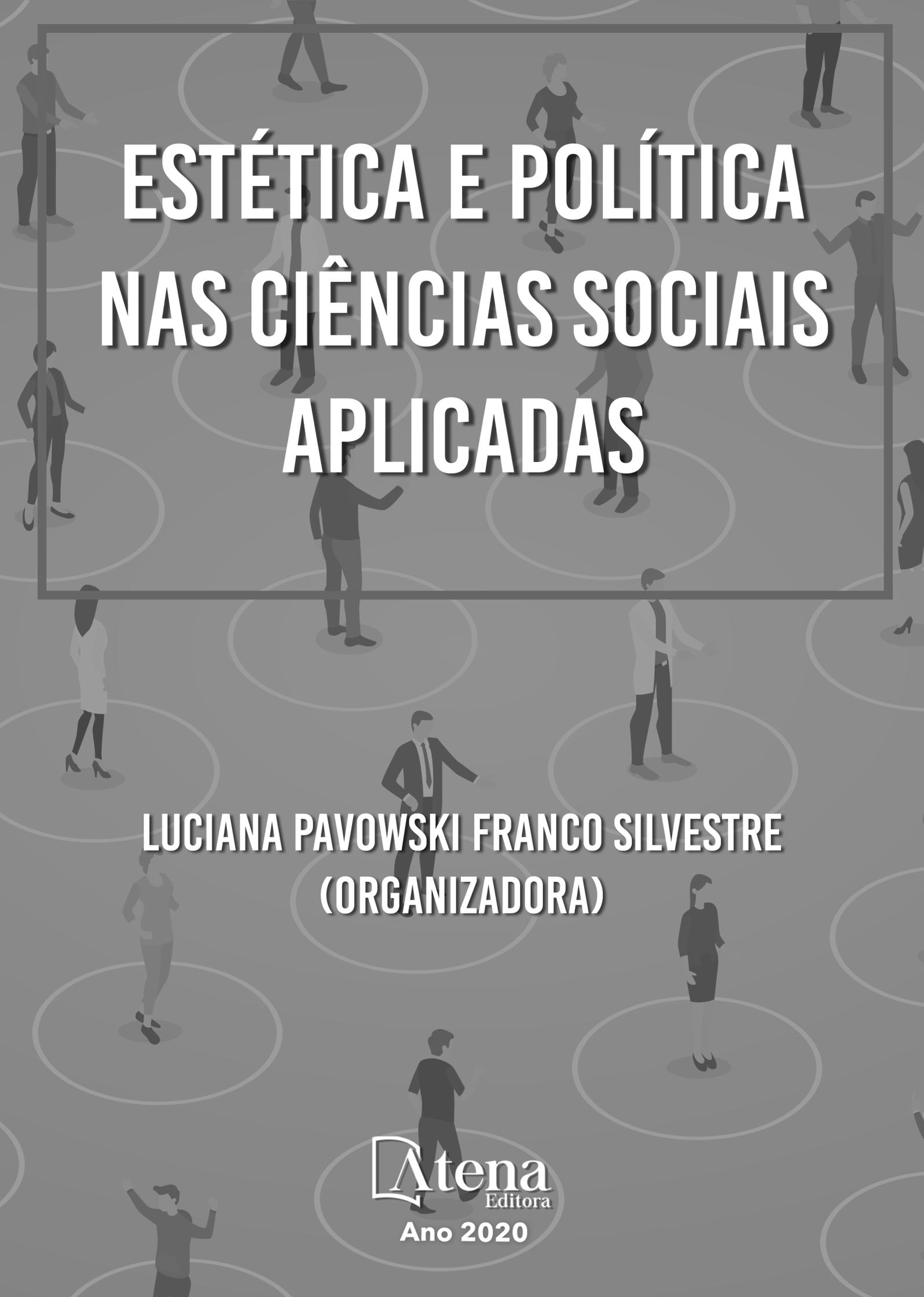
The background features a repeating pattern of stylized human figures in various poses, each standing on a light-colored circular base. The figures are rendered in a flat, illustrative style with muted colors. A large, dark green rectangular frame is superimposed over the upper portion of the image, containing the main title text.

ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

Atena
Editora
Ano 2020

The background of the cover features a repeating pattern of stylized human figures in various poses, each standing on a light-colored circular base. The figures are rendered in shades of gray and white, creating a sense of a diverse group of people. A large, dark gray rectangular frame is superimposed over the upper portion of the cover, containing the main title.

ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Estética e política nas ciências sociais aplicadas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Batista
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E79 Estética e política nas ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-212-8

DOI 10.22533/at.ed.128202707

1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 301

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta através do e-book “Estética e Política nas Ciências Sociais Aplicadas” vinte e quatro artigos com pesquisas que contribuem para a identificação, análise e reflexão sobre as relações existentes entre os aspectos territoriais, produção industrial e desenvolvimento tecnológico com as formas de vida em sociedade, permitindo a identificação dos impactos causados nesta.

Através das pesquisas em que se aborda o território, é possível identificar uma amplitude de relações estabelecidas com fatores como processos migratórios, barreiras, fronteiras, políticas indigenistas, violência pobreza e cidadania.

A tecnologia aparece como objeto de estudo para análise de crimes transfronteiriços e processos de gestão pública, identificando-se as possibilidades de processamento de informações e tomadas de decisão.

Otimização e competitividade aparecem como elementos centrais nas pesquisas voltadas para os processos industriais e produção de mercado. A partir de metodologias que envolvem consumidores e gestores enquanto sujeitos do processo de pesquisa, estas estabelecem relações também com os aspectos territoriais e tecnológicos, identificando-se a interdisciplinaridade entre as pesquisas que compõem o e-book que se apresenta.

Esperamos que o e-book possa contribuir com o compartilhamento das pesquisas realizadas, fortalecimento da ciência como instrumento de democratização do conhecimento, bem como, que favoreça a realização de novos estudos e desvelamento da realidade.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A “GRANDE CORUMBÁ” E OS DESAFIOS DOS CRIMES TRANSFRONTEIRIÇOS EM FACE DAS NOVAS FERRAMENTAS VIRTUAIS	
Manix Gonçalves dos Santos Marcos Sérgio Tiaen Luiz Gonzaga da Silva Junior	
DOI 10.22533/at.ed.1282027071	
CAPÍTULO 2	15
A CONSTRUÇÃO DO IDEÁRIO NACIONAL NO BRASIL: IMIGRANTES ALEMÃES E ESCOLARIZAÇÃO NO SUL DO BRASIL	
Samuelli Cristine Fernandes Heidemann Regina Coeli Machado e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1282027072	
CAPÍTULO 3	27
BARREIRAS NA PAISAGEM DA CIDADE : A AVENIDA FARRAPOS E O QUARTO DISTRITO	
Simone Back Prochnow Silvio Belmonte de Abreu Filho	
DOI 10.22533/at.ed.1282027073	
CAPÍTULO 4	41
ATIVIDADE PESQUEIRA NOS RIOS TOCANTINS E ARAGUAIA A PARTIR DA COMPARAÇÃO DA PESCA EM DUAS COLONIAS DE PESCADORES NO ESTADO DO TOCANTINS	
Lilyan Rosmery Luizaga de Monteiro Adolfo da Silva-Melo	
DOI 10.22533/at.ed.1282027074	
CAPÍTULO 5	54
GUERRA DE BAIXA INTENSIDADE E SUA DIMENSÃO ADMINISTRATIVA: REGIME TUTELAR E A POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA EXPLÍCITAS NOS RELATÓRIOS FIGUEIREDO E COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE	
Ramiro Esdras Carneiro Batista Daniel da Silva Miranda Izaionara Cosmea Jadjesky	
DOI 10.22533/at.ed.1282027075	
CAPÍTULO 6	65
O AUMENTO NO NÚMERO DE HOMICÍDIOS EM ALTAMIRA COMO A MATERIALIZAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE	
Márcio Teixeira Bittencourt Germana Menescal Bittencourt Gilberto de Miranda Rocha Peter Mann de Toledo	
DOI 10.22533/at.ed.1282027076	
CAPÍTULO 7	76
O MEDO SOCIAL DA VIOLÊNCIA EM RAZÃO DA TRAVESSIA DA FRONTEIRA ENTRE OS BAIRROS JARDIM IRACEMA E PADRE ANDRADE	
Adriana Carvalho de Sena	

Cristiane Porfírio de Oliveira do Rio

DOI 10.22533/at.ed.1282027077

CAPÍTULO 8 82

OBRIGATORIEDADE DE CONEXÃO SIMULTÂNEA ÀS REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Claiton Barbosa

Agnes Bordoni Gattai

DOI 10.22533/at.ed.1282027078

CAPÍTULO 9 90

REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES RURAIS EM GOIÁS: ESTUDO SOBRE OS TERRITÓRIOS RURAIS E DE CIDADANIA DE GOIÁS

Mateus Carlos Baptista

Divina Aparecida Leonel Lunas

DOI 10.22533/at.ed.1282027079

CAPÍTULO 10 98

POBREZA: PERCEPÇÕES ESTÉTICAS, POLÍTICAS, RELIGIOSAS E ECONÔMICAS DO SER E TER

Eliseu Riscaroli

DOI 10.22533/at.ed.12820270710

CAPÍTULO 11 115

PRIORIZAÇÃO DE LOCAIS DE COLETA PARA ISOLAMENTO DE BACILLUS ANTHRACIS NA ANTÁRTICA POR PROCESSO DE ANÁLISE HIERÁRQUICA

Luiz Octávio Gavião

Adriana Marcos Vivoni

DOI 10.22533/at.ed.12820270711

CAPÍTULO 12 131

BENEFÍCIOS SOCIAIS NA PLATAFORMA GOVDATA: O USO DA CORRELAÇÃO DE DADOS COMO CRITÉRIO DE TOMADA DE DECISÃO NO SETOR PÚBLICO

Francisca Alana Araújo Aragão

Pablo Severiano Benevides

DOI 10.22533/at.ed.12820270712

CAPÍTULO 13 141

DISPOSITIVO DE PROCESSAMENTOS DE DADOS: PLACA MICROCONTROLADORA THOMPSON

João Paulo Pereira dos Santos

Michell Thompson Ferreira Santiago

DOI 10.22533/at.ed.12820270713

CAPÍTULO 14 151

IMPLEMENTAÇÃO DE LEAN SIX SIGMA PARA MELHORIA DE PROCESSOS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES

Carlos Navarro Fontanillas

Eduardo Picanço Cruz

DOI 10.22533/at.ed.12820270714

CAPÍTULO 15	167
INDÚSTRIA 4.0 E MANUFATURA ADITIVA: UM ESTUDO DE CASO COM OS CONSUMIDORES DE CALÇADOS PRODUZIDOS NAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS DE JUAZEIRO DO NORTE	
José de Figueiredo Belém Célio Monteiro Santos José Eduardo de Carvalho Lima Murilo Barros Alves Josiano Cesar de Sousa Mirim Borchard	
DOI 10.22533/at.ed.12820270715	
CAPÍTULO 16	178
PROCESSO MANUAL DE RASTREABILIDADE DE PRODUTOS UHT EM UMA INDÚSTRIA DOS CAMPOS GERAIS	
Loren Caroline Domingues de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.12820270716	
CAPÍTULO 17	184
SISTEMA JAPONÊS DE PRODUÇÃO COMO UM FATOR DE VANTAGEM COMPETITIVA: DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO JAPÃO NO PÓS-GUERRA	
Jéssica Pereira Soares	
DOI 10.22533/at.ed.12820270717	
CAPÍTULO 18	196
SUCESSÃO FAMILIAR: OS DESAFIOS AO LONGO DAS GERAÇÕES	
Adriano Pereira Arão Lucilia Notaroberto Sabrina Pereira Uliana Pianzoli Mônica de Oliveira Costa Farana de Oliveira Mariano Alex Santiago Leite Dyego Penna Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.12820270718	
CAPÍTULO 19	206
BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA NA ÁREA DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
Maria Aparecida de Souza Melo Bruna Moraes de Melo Patrícia Lima	
DOI 10.22533/at.ed.12820270719	
CAPÍTULO 20	215
CORPOREIDADE E IDENTIDADE RACIAL DE PROFESSORAS NEGRAS: O SER E O SABER NA PRODUÇÃO DA PEDAGOGIA ANTIRRACISTA NAS ESCOLAS	
Michele Lopes da Silva Alves Carmem Lúcia Eiterer Luiz Alberto Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.12820270720	

CAPÍTULO 21	228
CROWDFUNDING: UMA ANÁLISE DO FINANCIAMENTO COLETIVO NO BRASIL	
Letícia Moraes Silveira	
Melissa Dotto Brusius	
Fernanda Silveira Roncato	
DOI 10.22533/at.ed.12820270721	
CAPÍTULO 22	241
O CONCEITO DE SECULARIZAÇÃO E A TEORIA SOCIOLÓGICA: MAX WEBER E AS ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS	
Jordana de Moraes Neves	
Rafael de Oliveira Wachholz	
DOI 10.22533/at.ed.12820270722	
CAPÍTULO 23	251
RELIGIÃO, ESFERA PÚBLICA E O PROBLEMA POLÍTICO: UMA CONTRIBUIÇÃO HABERMASIANA	
Edson Elias Moraes	
José Geraldo Alberto Bertoncini Poker	
DOI 10.22533/at.ed.12820270723	
CAPÍTULO 24	276
RENDA BÁSICA COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO EMPREGO EXPLORATÓRIO	
Jônatas Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12820270724	
SOBRE A ORGANIZADORA	289
ÍNDICE REMISSIVO	290

A CONSTRUÇÃO DO IDEÁRIO NACIONAL NO BRASIL: IMIGRANTES ALEMÃES E ESCOLARIZAÇÃO NO SUL DO BRASIL

Data de aceite: 01/07/2020

Data de Submissão: 03/04/2020

Samuelli Cristine Fernandes Heidemann

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Foz do Iguaçu – Paraná

<http://lattes.cnpq.br/0624596246055675>

Regina Coeli Machado e Silva

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Foz do Iguaçu – Paraná

<http://lattes.cnpq.br/2363165959973338>

RESUMO: O artigo busca entender alguns aspectos referentes ao conflito linguístico, cultural e identitário quando da vinda dos primeiros imigrantes alemães para o Sul do Brasil. As reflexões, nesse sentido, perpassam a proposta de nacionalização do ensino durante o governo de Getúlio Vargas, abordando o ideário, as políticas e estratégias nacionalistas que visaram utilizar a educação escolar como formadora de um abasileiramento, especialmente nas comunidades de imigrantes alemães do sul brasileiro, expoentes da resistência cultural, naquele período. Demonstra, portanto que, a modernidade longe de estimular as diferenças, avista na escola um lugar estratégico para forjar e difundir seu ideário unificador, fato que denota

o insistente encobrimento do “outro”.

PALAVRAS-CHAVE: Escola, Imigrantes, Modernidade, Diferenças, Nacionalização.

THE CONSTRUCTION OF THE NATIONAL IDEAL IN BRAZIL: GERMAN IMMIGRANTS AND SCHOOLING IN SOUTHERN BRAZIL

ABSTRACT: The article tries to understand some aspects related to the linguistic, cultural and identity conflict when the first German immigrants came to the south of Brazil. The reflections, in this sense, permeate the proposal of nationalization of education during the Getúlio Vargas administration, approaching the ideology, nationalist policies and strategies that aimed to use school education as a form of sterilization, especially in communities of German immigrants from the south of Brazil, Exponents of cultural resistance, at that time. It shows, therefore, that modernity, far from stimulating differences, sees in school a strategic place to forge and spread its unifying ideas, a fact that denotes the insistent cover-up of the “other.”

KEYWORDS: School, Immigrants, Modernity, Differences, Nationalization.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo compreender o processo de colonização frente à política brasileira, em fins do século XIX, início do século XX. Discute as ondas imigratórias para o Brasil, em especial as comunidades formadas por imigrantes alemães, propulsoras de expressões nacionalistas datadas do início do século XX, em que a escola torna-se difusora estratégica dessa política nacionalista-educativa configurada pelo Ministério da Educação e Saúde, tendo à frente Gustavo Capanema, durante o governo de Getúlio Vargas. Nesse período, um urgente abasileiramento se impunha a esses imigrantes alemães no sul brasileiro, organizado com base em referenciais étnicos no qual as instituições escolares foram vistas como cultivadoras de uma cultura alienígena, assim, o ideário, as políticas e estratégias nacionalistas visaram utilizar a educação escolar como formadora de uma nacionalidade.

Disto decorre, uma reflexão sobre a relação entre o “nacional” e o “estrangeiro”, bem como da construção de um olhar crítico sobre as dificuldades encontradas, tanto por parte do governo quanto dos imigrantes, na aceitação da diversidade e da alteridade. A modernidade, neste contexto é o cenário de elaboração de uma escola a qual são atribuídos diversos papéis formativos, bem como passou a ter uma função estratégica na difusão e implementação das ideias, no atendimento às demandas internas de disciplinarização do pensamento, na unificação da cultura nacional e na legitimação do ideário dominante. Logo, contribuiu significativamente para frear a autonomia e diversidade das culturas populares, elegendo a cultura dominante como padrão.

2 | OS IMIGRANTES EUROPEUS NO BRASIL: O “OUTRO”

A imigração europeia marcou a história do Brasil no século XIX, cunhada pela ambígua relação de conflito, fascinação e medo. O governo brasileiro, naquele período, estava diante do impasse provocado pelo fim da escravidão, que trouxera da África povos que até então haviam sido mantidos como escravos. Era preciso, então, encontrar novas formas de trabalho, novas levas de trabalhadores não mais escravizados. “O incentivo e o subsídio para trazer imigrantes europeus que preenchessem esse espaço surgiram como solução para a questão mão-de-obra” (SANTOS; MUELLER, 2009, p. 263).

As regiões que correspondem à configuração geográfica atual da Alemanha e Itália viviam à época uma intensa crise em suas relações internas, vivia-se em meio à dificuldade de integração nos contextos sociais, econômicos e políticos e, por isso, foram cobiçadas pela propaganda que visou atrair migrantes para o Brasil (SANTOS; MUELLER, 2009).

Assim, consoante Santos; Mueller (2009, p. 263),

Italianos e alemães foram seduzidos a emigrar para o Brasil em busca de novas possibilidades de vida: terras para trabalhar, condições dignas de existência, espaço para construir uma nova vida! Emigrar para um mundo novo, enriquecer e talvez retornar,

constituíram-se como alternativas possíveis: se for para sentir-se estrangeiro, que seja em terra estranha!

Conforme Damke (2008) o ano de 1824 é reconhecido, oficialmente, como o início da imigração alemã para o Brasil, mesmo que já houvesse a presença de alemães no Brasil muito antes desta data. Seyferth (1994, p. 12), igualmente concorda e diz que, o ano de 1824 marca oficialmente o início da imigração alemã no Brasil. Segundo a autora utiliza-se como “marco inicial a data de fundação de São Leopoldo – 25 de julho de 1824 –, a primeira “colônia alemã” do sul do Brasil”.

Todavia, Santos; Mueller (2009) retratam, desde logo, como foi problemático o processo de construção de uma nova nacionalidade e da relação de identidade e pertencimento com a nova pátria, tendo em vista que o imigrante teuto estava muito distante, física e culturalmente, dos brasileiros. Assim, mais do que uma forma de comunicação e interação, a língua falada entre eles, aquela de sua pátria de origem, o alemão e seus dialetos tornaram-se a expressão da resistência diante do desconhecido, a manutenção de seu mais importante signo cultural – a palavra – ao passo que esta revelava os “outros”, também nutria a sua existência enquanto coletividade. Manter viva sua identidade linguística era permitir sua sobrevivência.

Nesse sentido, a argumentação sobre as diferenças étnicas passou a ser um dos elementos constitutivos do poder estatal: “de um lado, o reconhecimento da diferença e sua conseqüente exclusão; do outro, a necessidade de por em prática formas de controle e isolamento que impeçam essa diferença – percebida como insidiosa e – de contagiar a raça dominante (KOLTAI, 2000, p. 72). Assim, a “teoria e ação dos poderes instituídos passaram a se expressar em termos disciplinares, persuasivos e onipotentes, abrindo espaço para a afirmação da unidade nacional e a construção de culturas identitárias e unificadoras, por conseqüência, excludentes” (SANTOS; MUELLER, 2009, p. 265). “No monólogo cultural predominante, a diferenciação foi um estigma a ser superado pelo caminho da uniformização, na perspectiva de uma superioridade protetora, não se percebendo a consideração paternalista como forma de discriminação” (KREUTZ, 1999, p. 84).

3 | O NACIONALISMO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA ERA VARGAS

Ao iniciar o estudo da escola brasileira tendo como referencial o século XIX, tem-se que, “não é possível falar de educação e cultura no Brasil sem a menção de Gustavo Capanema”. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 13-15).

Capanema estava estritamente vinculado ao projeto revolucionário – intelectual, cultural e ideológico - dos anos de 1930, pois, encontrava-se a frente do Ministério da Educação e Saúde (1934 - 1945). Conforme Bomeny (1999), Capanema foi autor e executor do Plano Nacional da Educação.

Na realidade, seu projeto estava em gestação desde a década de 1920, com as diversas reformas em termos regionais que se sucederam nesse período. A possibilidade histórica de sua realização, no entanto, se deu na década de 1930, com a proposta de criar um homem moderno, de se processar a chamada reconstrução nacional. As primeiras décadas do séc. XX sediaram um período rico na cultura brasileira, sendo a Semana da Arte Moderna de 1922 uma de suas expressões. Mário de Andrade, por exemplo, criou Macunaíma – o herói sem caráter; Tarsila do Amaral rompeu com os cânones da pintura; Lúcio Costa e Oscar Niemeyer inovaram a arquitetura, embasadas nas propostas de Le Corbusier; Villa Lobos propôs em suas músicas os sons das florestas, dos ruídos e das falas brasileiras. Havia uma procura coletiva pelo abasileiramento. Evidenciar em todos aspectos possíveis aquilo que pudesse ser identificado como formador de uma cultura nacional, que desse o caminho para elucidar e resgatar as origens do “ser brasileiro”. Essa busca da brasilidade foi o coração pulsante da modernidade! (SANTOS; MUELLER, 2009, p. 266).

Contudo, as pretensões do poder instituído a partir de 1930 que instavam a construção da nacionalidade, a valorização das coisas do Brasil e a afirmação de uma identidade nacional brasileira não se fariam através da identificação da diversidade. Nesse sentido, “incluía-se igualmente nessa pauta a delimitação do que seria aceito como nacional e, por contraste, o que seria considerado como estrangeiro, estranho, ameaçador” (BOMENY, 1999, p. 151).

Santos; Mueller (2009, p. 267) preconizam que:

À época, os núcleos alemães existentes no sul do Brasil foram encarados como um problema que precisava solução imediata, pois eram vistos como comunidades estrangeiras mais fechadas em torno de sua cultura, de sua língua e de sua própria nacionalidade, ou seja, como um foco de resistência ao projeto de nacionalização. O ministério de Capanema foi responsável por atacar essa resistência com a colaboração do exército na fundação de escolas, na nacionalização dos descendentes de estrangeiros que ingressassem nas fileiras militares e na fixação e deslocamento de tropas para o cumprimento da lei, vinculadas a ações como a apreensão de documentos, a prisão dos considerados renitentes, a censura à imprensa de língua estrangeira aqui produzida e o fechamento das diversas instituições de caráter étnico dirigidas pelos imigrantes alemães e seus descendentes (clubes de canto, ginástica, tira ao alvo, bolão e outras agremiações consideradas perigosas!)

Assim sendo, é na educação que se denota com maior facilidade o que era pretendido pelo governo brasileiro, em especial durante o período do Estado Novo, instituído em 1937. “Duas questões se colocavam para os governantes no que tangia à educação escolar: a regionalização do ensino e a presença de núcleos estrangeiros nas zonas de colonização”. (SANTOS; MUELLER, 2009, p. 267). A fim de solucionar essa última questão foi implementada a política de nacionalização e centralização do ensino, a qual combatia a regionalização e expressava a intolerância com as diferenças (SANTOS; MUELLER, 2009).

O ideário nacionalista para o campo das práticas pedagógicas nas relações de docência e gestão chegou às escolas após as orientações ditadas por essa legislação do período de Capanema. O projeto de nacionalização evidenciou-se, nesse ambiente, através da operacionalização de um currículo e de uma ação docente implementadoras das políticas de abasileiramento, buscando elaborar um patriotismo a contrapelo das

raízes étnicas historicamente construídas pelos imigrantes europeus e seus descendentes. “O alento da brasilidade, como expressão da modernidade tupiniquim se fez forte em oposição àquilo que aos olhos do governo foi a constituição histórica de uma categoria que lhe fazia oposição: o germanismo” (SANTOS; MUELLER, 2009, p. 268).

De acordo com Seyferth (1999), atingir as escolas era essencial, justamente pelo fato que a formação dava-se através de fontes alienígenas que reproduziam conteúdos étnicos estranhos à pátria verde-amarela. Mas de que modo se abrigou a infância, na intenção de metamorfoseá-la? A docência foi o modo escolhido. Nessa ótica, cabiam aos professores atuarem como veículos de nacionalização, objetivando tornar as crianças potenciais cidadãos para o projeto de modernização em andamento.

A implementação da proposta nacionalista, materializada nas práticas pedagógicas, era orientada pelo Departamento de Educação, representante do governo e veículo inoculador e fiscalizador dos escopos ideológicos homogeneizadores pretendidos. De fato, recursos diversos foram utilizados pelos professores, diante da insistente exigência e criteriosa verificação do atendimento às “recomendações” do serviço de inspeção escolar, em cumprimento às determinações legais. Um dos focos era a ênfase nas disciplinas que deveriam apresentar conteúdos nacionais, cívicos, inspiradores da devoção pela pátria brasileira, geralmente exemplificados nas emblemáticas atitudes dos personagens históricos que externaram o seu amor ao Brasil! (SANTOS; MUELLER, 2009, p. 270-271).

Havia no entender de Santos; Mueller (2009) uma intensa fiscalização e controle para que a perspectiva de construção da nacionalidade brasileira fosse materializada, sempre em oposição aos referenciais etno-culturais alemães presentes, sobretudo, na cultura escolar primária. A utilização da língua portuguesa, portanto, foi tratada como o mais característico aspecto da identidade nacional, associada à constituição do que era legitimamente brasileiro, bem como fomentou a preocupação para extinguir o uso do idioma alemão nas práticas educativas escolares.

4 | A UNIFICAÇÃO DA LÍNGUA E DA CULTURA: EM BUSCA DE UMA IDENTIDADE NACIONAL

Recordam Rosa, Damke e Von Borstel (2012) que os imigrantes europeus ao chegarem às terras brasileiras, tiveram que se adaptar ao clima, a uma nova condição de vida e, claro, ao idioma. Em sua maioria, foram alocados em regiões distantes de outras colônias e aglomerações urbanas, motivo de isolamento geograficamente que, de maneira bastante expressiva contribuiu para que a língua de seu país de origem se conservasse.

Considerar o Brasil como um país monolíngue e crer na “ideologia da língua única, desde os tempos coloniais, tem camuflado a realidade plurilíngue do país”, é ir contra a realidade (CALVET, 2007, p. 07). É um mito acreditar que no Brasil só se fala português, porém, tal proposição ainda está muito presente no imaginário das pessoas.

Cavalcanti (1999, p. 387) afirma que:

Existe um mito de monolinguismo no país [...] esse mito é eficaz para apagar as minorias, isto é, as nações indígenas, as comunidades imigrantes e, por extensão, as majorias tratadas como minorias, ou seja, as comunidades falantes de variedades desprestigiadas do português.

Nessa perspectiva, dissonante ao pregado pelo monolinguismo está a conservação da língua materna falada pela maioria dos teuto imigrantes. A língua por eles falada era o alemão em sua variedade dialetal, trazida da Alemanha, chamada *Hunsrückisch*, uma vez que os primeiros imigrantes vieram, em grande maioria, da região do *Hunsrück* (DAMKE, 2010).

“Em oposição ao dialeto, a língua se beneficiou das condições institucionais necessárias à sua codificação e à sua imposição generalizadas”. Assim, a língua conhecida e reconhecida em toda a jurisdição de certa autoridade política goza de oficialidade e contribui, por sua vez, para reforçar a autoridade que fundamenta sua dominação (BOURDIEU, 2008, p. 31).

Portanto, nas palavras de Bourdieu (2008, p. 32) “a língua oficial está enredada com o Estado, tanto em sua gênese como em seus usos sociais”. O processo de constituição do Estado implica o reconhecimento de uma língua oficial, a qual torna-se norma teórica e, por assim ser, obrigatória em ocasiões e espaços oficiais - escolas, entidades públicas, instituições políticas, etc. (BOURDIEU, 2008).

A lei linguística, assim denominada, “dispõe de seu corpo de juristas (os gramáticos) e de seus agentes de imposição e de controle (os professores), investidos do poder de submeter universalmente ao exame e à sanção jurídica do título escolar o desempenho linguístico dos sujeitos falantes” (BOURDIEU, 2008, p. 32).

Compreende-se do exposto anteriormente que, o sistema escolar cumpre uma função determinante neste processo que conduz à elaboração, legitimação e imposição de uma língua oficial, de “fabricar as semelhanças das quais resulta a comunidade de consciência que é o cimento da nação” (BOURDIEU, 2008, p. 35).

Bourdieu (2008, p. 48) prossegue:

Por essa razão, a língua legítima é uma língua semiartificial cuja manutenção envolve um trabalho permanente de correção de que se incumbem tanto os locutores singulares como as instituições especialmente organizadas com esta finalidade. Por intermédio de seus gramáticos, responsáveis pela fixação e codificação do uso legítimo, e de seus mestres que impõem e inculcam tal uso através de inúmeras ações corretivas, o sistema escolar tende (nesta e em outras matérias) a produzir a necessidade de seus próprios serviços, produtos, trabalhos e instrumentos de correção.

Em consequência deste processo linguístico impositivo, reforçado pelo Estado, Bourdieu (2008, p. 42) enfatiza, “os locutores desprovidos de competência legítima se encontram de fato excluídos dos universos sociais onde ela é exigida, ou então, se veem condenados ao silêncio”.

Saussure apud Bourdieu (2008) reflete e discute ainda sobre e as relações entre a língua e o espaço. Segundo ele não é o espaço que define a língua, mas a língua que

define seu espaço. Observa, ainda que, nem os dialetos nem as línguas conhecem os limites naturais, desconhecem, portanto, as fronteiras físicas.

Nesse diapasão, a pluralidade linguística do Brasil é reflexo de sua formação étnica, manifesta em diferentes situações, a saber: de contato entre línguas (como dos colonizadores, da escravidão, da imigração); da diversidade linguística de fronteira; no contato com falares étnicos específicos, como por exemplo, falares ciganos; e, ainda, na aquisição formal de línguas estrangeiras (SAVEDRA; DAMKE, 2012). Nessa mesma linha, segundo Napolitano (2005, p. 07), na temática de cultura em geral, incluída a questão linguística, o Brasil “é lugar de mediações, fusões, encontro de diversas etnias, classes e regiões que formam o nosso grande mosaico nacional”.

A linguagem na definição de Jung (2002, p. 1189) é, por certo, uma identidade social, construída a partir da participação das pessoas em diferentes comunidades, eventos e práticas - de letramento. Ao se falar em letramento, é passível que um modelo único de alfabetização também exclua pessoas e sociedades e, dessa forma, em oposição ao modelo unilinear de alfabetização – modelo de letramento ideológico, alguns autores mostram que é preciso discutir a questão em termos de práticas e eventos sociais. Assim como a exclusão de pessoas e sociedades, ocorre também, concomitantemente, uma luta simbólica com os de dentro e os de fora, mais intensamente vivenciada quando de conflitos com aquele que representa a cultura dominante, como no caso do letramento em português que para alguns significa uma ameaça à sua identidade étnico-linguística local (JUNG, 2002).

Rosa, Damke e Von Borstel (2012, p. 08) especificam que “a identidade alemã, tanto individual quanto coletiva, se materializa por meio de características representativas da língua e cultura de seus antepassados. Esta identidade é expressa quando o falante recorre a expressões ou cultura que os diferencia de outros”. Para Kreutz (1999) a identidade do ser humano está representada no elemento étnico e, neste caso, o elemento étnico se materializa “na” e “pela” língua e cultura alemã. A esse respeito, o autor diz que “o étnico é elemento de diferenciação social, influi na percepção e na organização da vida social. Ele não se dá no abstrato. Manifesta-se nos símbolos, nas representações e na valorização de grupos.” (KREUTZ, 1999, p. 80).

Neste panorama, haveria um choque entre a identidade individual e social dos imigrantes alemães, àqueles que trazem de seu país de origem uma identidade diferente daquela que terão que assumir na nova pátria. Infalivelmente, duas forças colidem: “a primeira, a tendência em procurar conservar a sua identidade de origem, e a segunda, a obrigatoriedade, geralmente pouco democrática ou até arbitrária, de assumir a identidade de indivíduos pertencentes a uma nova realidade política, social, linguística, etc.” (DAMKE, 1998, p. 22).

Assim, Woodward (2008) aponta para o que pode ser chamado de “crises de identidade”, provenientes do acelerado processo de transformação global em que alguns

indivíduos procuram manter entre si “identidades lacradas”. Ou seja, aflorar atitudes de manutenção da identidade nacional e étnica quando de uma “outra” identidade acercar-se da sua, culminando, por vezes, na não aceitação, parcial ou total, da língua e da cultura do outro.

Como resultado aos imigrantes teuto-brasileiros, que tem sua identidade construída a partir de duas pátrias e de duas culturas - a teuto e a brasileira - têm-se, a constante transformação das identidades, pelo uso linguístico e cultural das variedades nacionais, regionais e dialetais do alemão padrão, em contato com as variedades linguísticas e culturais do português brasileiro. Há uma espécie de mão dupla nesse caso, aferível da conexão entre a identidade trazida de sua terra de origem e que, invariavelmente, mescla-se com a nova identidade do país que os acolheu (SAVEDRA; DAMKE, 2012).

A construção de uma identidade étnica teuto-brasileira não foi feita, ao longo da história, com base do isolamento do grupo étnico, mas basicamente através de um processo histórico: a emergência da identidade étnica nada tem a ver com uma situação de isolamento/enquistamento; ao contrário, ela é decorrência do contato e do próprio processo histórico de colonização, que produziram tanto uma cultura camponesa compartilhada com outros grupos imigrados, como uma cultura especificamente teuto-brasileira. A etnicidade teuto-brasileira tem sido reafirmada de diferentes formas ao longo deste século, sempre destacando um modo peculiar, diferente, de ser brasileiro (SEYFERTH, 1994, p. 13-14).

Para Savedra; Damke (2012) a luta dos imigrantes pela conservação da sua identidade e de seus valores culturais é válida, no entanto, não ao ponto de permanecer autêntica, sem qualquer forma de interferência, pois, a partir de sua chegada, os imigrantes passam a fazer parte à nova pátria, de um novo contexto social, cultural e político. Portanto, o indivíduo que faz parte de uma minoria está dentro de um contexto maior ao qual pertence e, nesse sentido, contribui para a diversidade linguística e cultural deste.

5 | A MODERNIDADE E AS (IN)DIFERENÇAS

Na visão de Santos; Mueller (2009), a imposição de uma dominação ideológica às escolas se deu num cenário político e econômico específico - aquele configurado na Era Vargas e evidenciando no Estado Novo por meio de uma legislação elaborada pelo Ministério da Educação e Saúde, na pessoa de Gustavo Capanema (1934-1945). Essa legislação visava um projeto de nacionalização e abasileiramento, em que as práticas pedagógicas eram diligentemente controladas e inspecionadas.

O caráter étnico presente na cultura escolar das colônias de imigrantes alemães, tido como alienígena e ameaçador, foi entendido como expressão de diferenças a serem combatidas e exterminadas, substituídas por preceitos patrióticos e referenciais de brasilidade orientados pelo ideário nacionalista (SANTOS, MUELLER, 2009, p. 13).

Nessa perspectiva acreditava-se que o novo, traduzido na etnicidade dos imigrantes alemães, poderia agredir, desconstruir, subjugar e transformar sob o signo da proposição

de inferioridade e superioridade (SANTOS, MUELLER, 2009).

O episódio da nacionalização do ensino mostra bem o conteúdo do projeto nacionalista brasileiro do período pós-1937. De feição conservadora e autoritária, foi ele marcado pelo caráter excludente, avesso à convivência pluralista e diversificada (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984, p. 166).

Assim, notável como a educação brasileira está imbricada à processos históricos que possibilitam uma melhor compreensão da modernidade, já que esta vê a educação escolar como um lugar estratégico para difundir seu ideário (SANTOS, MUELLER, 2009).

Neste contexto, conforme Ortiz (1998), a modernidade pode ser entendida como um modo de ser, uma sensibilidade, uma visão de mundo com suas próprias categorias cognitivas e culturais.

Ela, a modernidade, não conhece fronteiras ou nacionalidades, bem como sua percepção de tempo e de espaço também são diversos (ORTIZ, 1998). “A modernidade, portanto, traz o encurtamento das fronteiras e oriundo deste encurtamento mais pessoas de diferentes culturas e etnias se aproximam o que gera, a princípio, um contexto sociolinguístico e cultural complexo” (ROSA, DAMKE, VON BORSTEL, 2012, p. 07).

As mudanças de concepções como fruto da modernidade, consubstanciam-se através de transformações políticas. “A organização social torna-se menos fechada, menos localizada, expandindo sua abrangência a diferentes domínios da vida” (ORTIZ, 1998, p. 264).

Assim, Ortiz (1998) diz que, a criação de diferenças coloca o indivíduo em andamento, em circulação, em comunicação, o homem não quer ser apenas livre, mas íntegro, autônomo, distinto, particular em si mesmo. Eis que a liberdade o empurra para as diferenças.

Mas, a modernidade também é tensão que se intensifica com a aparição de problemas, como: a ameaça da autonomia individual e a existência de um excesso de poder da sociedade. Paradoxalmente, se por um lado, as questões que outrora eram subjugadas começam a ser democraticamente difundidas, por outro, alguns aspectos como a liberdade de expressão, só conseguem florescer distanciando-se da uniformidade e da padronização. “Liberdade e opressão, diferença e uniformidade, colidem num antagonismo estrutural” (ORTIZ, 1998, p. 265).

A modernidade exprime a cadência de uma sociedade que se mundializa e se congrega num espaço e tempo global que partilha, assimetricamente, dessa cultura mundial. E propicia, igualmente, que determinantes como, a mobilidade, o sistema, a funcionalidade e a padronização intensifiquem a tensão dialógica entre uniformização e diferença, enraizamento e mobilidade no interior da sociedade atual (ORTIZ, 1998).

Desse modo, adverte Latour (1994), o Estado Moderno busca incessante uma purificação que se opõem às diferenças, tendo na Constituição Moderna a legitimação para tanto, justamente pela negação constante à existência de híbridos. Por assim ser,

a Modernidade caracteriza-se pela assimetria, pela dicotomia, oposta à hibridização, à unificação e ao reconhecimento do “outro” enquanto diferente.

Segundo Ortiz (1998, p. 268) “a modernidade é uma imposição dos tempos, mas sutilmente ela não deixa de diferenciar entre aqueles que são e os que apenas existem”. Tem-se, assim, o “outro” na condição de relegado, excluído, não reconhecido, negado, vítima do sistema vigente¹, vítima de um processo pedagógico opressor (DUSSEL, 2009).

Nesta perspectiva, Castoriadis (2004, p. 276) coloca uma pergunta fundamental para a instituição social: “Por que não se consegue suportar um outro que seja verdadeiramente outro, e não simplesmente um outro exemplar de si? E de onde vem esta mania, esta fúria de unificação que se encontra tanto em política quanto em filosofia?”

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se a conclusão que, se antes (início do século XX) o desiderato era o processo de unificação da língua e da cultura com a imposição de uma língua, na condição de “legítima”, sobre as demais e a determinação de uma cultura sobre o “todo”, diluindo a existência de culturas “parciais”, tudo isso sob a égide do Estado que, aspirava promover a integração nacional e o fez, sobretudo, a partir da escola, como instituição que sintetiza este lema, não somente por meio da padronização linguística, mas ao ensinar e exigir “boas maneiras”, moralidade, alfabetização, civismo, etc., ela traz a “civilização”, em que a cultura regional-tradicional cede lugar a uma cultura nacional.

Todavia, em que pese as considerações anteriores, as escolas atuais em ritmo de superação, personificadas pelos gestores educacionais e professores, paralelamente, acabam por fomentar e enfrentar uma luta que visa a discussão e implementação de referenciais que têm sua essência nas – nossas - raízes etno-culturais. É salutar, portanto, colocar em discussão e superar àquilo que se implantou e que choca com os ideais de igualdade, solidariedade, justiça e respeito às diferenças, hoje introduzidos em diversos ambientes, também à educação formal de crianças, jovens e adultos.

Assim sendo, percebe-se mudanças relacionadas à postura social e, sobretudo, à postura educacional, que não são fruto de políticas centralizadoras e uniformizadoras do Estado, mas, derivam, justamente, de uma política que supera e repudia àquela padronizadora. Ainda assim, claro está que, se outrora imperava a violência física e moral nas práticas escolares para manutenção da hegemonia, hoje, transitoriamente, é a violência simbólica que impera no processo pedagógico, ainda que com esta política “agregadora”. É preciso estar atento que a educação, neste viés, é e sempre foi um meio estratégico para a manutenção e difusão do ideário estatal.

1. Ver Dussel (2009) vide referências.

REFERÊNCIAS

- BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: _____. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 137-166.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 188 p.
- CALVET, J. L. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. 166 p.
- CASTORIADIS, C. **Figuras do pensável**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 414 p.
- CAVALCANTI, M. C. Estudos sobre educação bilíngue e escolarização em contextos de minorias linguísticas no Brasil. *Revista Delta*: São Paulo, v. 15, n. 3, p. 385-417, 1999.
- DAMKE, C. Variação Linguística e a construção do sujeito. In: JELL – JORNADA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 1998, Marechal Cândido Rondon. **Anais...** Cascavel: EDUNIOESTE, 1998. p. 20-25.
- _____. **Políticas linguísticas e a conservação da língua alemã no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/especulo/numero40/polingbr.html>>. Acesso em: 5 jun. 2018.
- _____. Variação linguística: o caso do Hunsrückisch. In JELL – JORNADA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 13., 2010, Marechal Cândido Rondon. **Anais...** Cascavel: EDUNIOESTE, 2010. p. 119-128.
- DUSSEL, E. **Política de la liberación: Volumen II: Arquitectónica**. Madrid: Trotta, 2009. 544 p.
- JUNG, N. M. A relação entre identidade de gênero, identidade étnico-linguística e as práticas de letramento em uma comunidade multilíngue no Brasil. In: Simpósio Internacional de Bilinguismo, 2., 2002, Vigo - Espanha. *Proceedings...* Vigo: Servizo de Publicacións, 2005. p. 1187-1206.
- KOLTAI, C. **Política e psicanálise, O Estrangeiro**. São Paulo: Escuta, 2000. 192 p.
- KREUTZ, L. Identidade étnica e processo escolar. *Cadernos de Pesquisa*, São Leopoldo, n. 107, p. 79-96, jul. 1999.
- LATOURETTE, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de Antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: editora 34, 1994. 192 p.
- NAPOLITANO, M. **História & Música: história cultural da música popular**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 120 p.
- ORTIZ, R. **Cultura e modernidade: a França no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1998. 284 p.
- ROSA, E. K.; DAMKE, C.; VON BORSTEL, C. N. Língua/cultura como fator de pertencimento identitário. *Linguagem*, São Paulo, v. 19, p. 1-12, 2012.
- SANTOS, A. V. dos; MUELLER, H. I. Nacionalismo e cultura escolar no governo Vargas: faces da construção da brasilidade. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 8, n. 2, p. 261-274, jul. 2009.
- SAVEDRA, M. M. G.; DAMKE, C. *Língua, cultura e construção da identidade teuto-brasileira/brasileira-alemã no sul do Brasil*. *Revista do GELNE*, Natal, v. 14, n. Especial, p. 387-409, 2012.
- SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: EDUSP, 1984. 405 p.

SEYFERTH, G. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Claudia. **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade, história. Canoas: ULBRA, 1994. P. 11-40.

_____. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In:_____. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arduíno 141, 142, 143, 144, 145, 150

B

Bacia Hidrográfica 41, 44, 52, 53

Bacillus Anthracis 115, 116, 118, 129, 130

Big Data 131, 132, 134, 135, 136, 139, 140

C

Capitalismo 47, 105, 108, 138, 140, 188, 220, 226, 250, 255, 261, 265, 266, 276, 277, 278, 279, 288

Competitividade 156, 179, 184, 186, 187, 194, 195, 280

Conflitos Ambientais 66

Corporeidade 78, 79, 215, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225

Crowdfunding 228, 229, 230, 231, 232, 239, 240

Custo de Focalização 276, 283, 284, 285

E

Economia Criativa 228

Eficiência na Produtividade 167, 169

Eletrônica Embarcada 141

Empresa Familiar 196, 198, 205

Escala de Avaliação 207

Esfera Pública 244, 245, 249, 250, 251, 253, 254, 256, 258, 261, 263, 264, 266, 267, 268, 272, 274

Espaço Rural 90

Estética 2, 36, 99, 113, 223, 224, 225, 226

F

Filosofia 24, 98, 99, 113, 155, 156, 246, 258, 260

Financiamento no Brasil 228

Fontes de Recursos 228

Fronteira 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 21, 61, 63, 76, 77, 80, 240

G

Gerações 196, 198, 200, 204, 280, 282, 286

GovData 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139

Governamentalidade Algorítmica 131

Guerra 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 115, 118, 130, 155, 184, 185, 186, 191, 192, 194, 262, 270

H

Hidrelétricas 66, 67, 70, 74

Homicídios 65, 66, 68, 71, 72, 73

I

Identidade Racial 215, 220, 222

Imigrantes 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 31

Indústria 4.0. Manufatura Aditiva 167, 291

J

Jürgen Habermas 251, 254, 274, 275, 291

L

Lean Six Sigma 151, 152, 291

Logística 45, 171, 173, 178, 291

M

Modernidade 15, 16, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 30, 40, 220, 227, 241, 242, 243, 245, 248, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 264, 266, 267, 268, 269, 274, 291

N

Nacionalização 15, 18, 19, 22, 23, 26

Notificação Compulsória de Doenças 207, 291

P

Paisagem Urbana 28, 39, 291

Participação Política 90, 273, 291

Pedagogia Antirracista 215, 217, 219, 222, 223, 224, 225, 291

Pescadores Artesanais 41, 43, 44, 47, 48, 50, 51, 53, 291

Placa Microcontroladora 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 150, 291

Pobreza 77, 81, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 277, 282, 283, 291

Polícia Civil 1, 2, 6, 11, 13, 291

Produtividade 41, 43, 45, 50, 93, 166, 167, 168, 169, 170, 189, 291

R

Racionalidade Neoliberal 131, 291

Rastreabilidade 178, 179, 180, 181, 182

Redes 14, 49, 50, 53, 82, 83, 84, 85, 88, 97, 122, 142, 144, 149, 150, 271

Religião 99, 100, 101, 104, 105, 112, 114, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 272, 273, 274, 275

Renda Básica Incondicional 276, 279, 280, 281, 282, 285, 286, 287

S

Secularização 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 263, 264, 266, 268, 270, 271, 272

Sistema Japonês de Produção 184, 185, 187, 193, 194, 195

T

Tecnologia 108, 112, 133, 134, 136, 144, 149, 160, 168, 169, 172, 173, 175, 176, 178, 202, 235, 238, 285

Teoria Contemporânea 241

Teoria Sociológica 241, 250

Território 9, 10, 11, 13, 37, 55, 56, 60, 63, 66, 71, 81, 101, 128, 213

V

Vigilância em Saúde 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 291

Violência 8, 11, 24, 49, 56, 57, 59, 61, 63, 64, 65, 68, 71, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 108, 112, 220, 222, 234, 270, 291

Vitalidade Urbana 28, 33, 34, 291

W

Whatsapp 1, 2, 3, 8, 291

ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

ESTÉTICA E POLÍTICA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 


Ano 2020